



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Estado de Receita

**Assunto:** : Consulta. Documento fiscal para acobertar o transporte de mercadorias devolvidas por pessoa não obrigada à emissão de documento fiscal.  
**Legislação** : Arts. 3º, 13, 35 e 36 do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/2000, e arts. 36 a 38 do Anexo XIII da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.

### Consulta Tributária nº 73/2024

#### 1. RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada nos termos previstos na legislação estadual vigente.

A petição inicial (documento 76212613) está acompanhada do documento para a representação do contribuinte (documento 76212614), e do comprovante de pagamento da taxa de serviços estaduais (documento 76212617).

A consulente, acima qualificada, informa que *“comercializa equipamentos e insumos para a área médica e gráfica”*.

A consulente menciona que alguns de seus clientes vêm enfrentando dificuldades ao realizar o transporte de mercadorias a serem devolvidas à consulente. Segundo a consulente, *“nos últimos meses, alguns clientes da ora Consulente com status de “não contribuintes” e também órgãos públicos desobrigados legalmente da emissão de Nota Fiscal, ao efetuarem a devolução da mercadoria, vêm encontrando dificuldades fiscais e documentais que os amparem nos limites legais quanto ao transporte da carga devolvida”*. A consulente destaca ainda que *“essa situação gera um impasse: o cliente precisa devolver a mercadoria, mas não pode emitir a Nota Fiscal de Saída, enquanto a fiscalização exige esse documento, que é impossível de ser emitido por clientes não contribuintes ou órgãos públicos”*.

A Auditoria-Fiscal Especializada de Substituição Tributária (AFE 06) registrou que (documento 79559990):

- *“à época da protocolização da consulta, só uma havia um RAF aberto, em razão de diligência da JRF, em matéria não relacionada ao teor da consulta”*; e
- todos os autos lavrados decorriam de *“infrações não correspondentes ao objeto da consulta apresentada”*.

Assim sendo, a consulente questiona:

*“1º) É válida a emissão de Nota Fiscal de entrada para acompanhar a carga durante o trajeto da sua devolução objetivando garantir a regularidade fiscal da*

*operação? Em caso negativo, qual seria o documento fiscal válido para essa situação?*

*2º) Há necessidade de inserção de informações complementares nos documentos fiscais que acompanharão as mercadorias devolvidas?*

*3º) Para vendas originadas no Estado do Rio de Janeiro com destino a clientes não contribuintes em outros estados da federação e posteriormente devolvidas, qual a norma fiscal aplicável e qual o documento fiscal válido para acompanhar a mercadoria durante o transporte?*

*4º) A emissão de Nota Fiscal Avulsa (NFA) é permitida em alguns estados da federação. Nos estados em que a emissão da NFA por não contribuintes não é autorizada pela Sefaz, quais as alternativas existentes para documentar legalmente a operação?*

*5º) A anotação no verso do DANFE, com data, motivo e assinatura, informando a devolução da mercadoria, é considerada documento fiscal suficiente e eficaz para apresentação nas barreiras de fiscalização em alguns estados da Federação. Esse procedimento seria considerado válido/aceito e eficaz pelas autoridades fiscais estaduais do Rio de Janeiro?”*

## 2. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre ressaltar que, conforme disposto no Regimento Interno da SEFAZ, aprovado pela Resolução SEFAZ nº 414/2022, a competência da Superintendência de Tributação, bem como da Coordenadoria de Consultas Jurídico Tributárias (CCJT), abrange a interpretação da legislação tributária fluminense em tese, cabendo a verificação da adequação da norma ao caso concreto exclusivamente à autoridade fiscalizadora ou julgadora. Assim, a análise e verificação das operações e informações indicadas na petição inicial, inclusive no que tange ao enquadramento em benefício fiscal e cumprimento de eventuais regras e requisitos existentes, por exigirem “atividades de fiscalização específicas”, competem à respectiva Auditoria Fiscal Especializada ou Regional, conforme o caso.

No caso de devolução de mercadoria alienada a não contribuinte do ICMS ou a pessoa não obrigada à emissão de documento fiscal, o transporte da mercadoria até o estabelecimento do vendedor, pode ser acompanhado por documento fiscal emitido pelo vendedor da mercadoria (nota fiscal eletrônica de entrada) ou por documento fiscal emitido pelo comprador (nota fiscal avulsa eletrônica – NFA-e).

De acordo com o inciso III do § 7º do art. 35<sup>[1]</sup> do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/2000 (RICMS/RJ), não é obrigatória a emissão de NFA-e por não contribuinte do ICMS para acobertar a devolução de mercadorias. Entretanto, o comprador não contribuinte do ICMS ou não obrigado à emissão de documento fiscal, pode optar por emitir NFA-e, conforme disposto no inciso V do art. 35 Anexo I do Livro VI do RICMS/RJ. Nesse caso, o contribuinte destinatário da NFA-e deverá acobertar a entrada da mercadoria mediante emissão de NF-e, cuja escrituração se fará com referência à NFA-e recebida, conforme disposto no § 5º do mesmo artigo.

Na hipótese de o comprador optar por não emitir NFA-e, a mercadoria a ser devolvida deve ser acompanhada por documento fiscal emitido pelo vendedor, nos termos do inciso VI do *caput* do art. 3º combinado com o inciso I do § 2º também do art. 3º<sup>[2]</sup> do Anexo I do Livro VI do RICMS/RJ.

Por fim, devem também ser observados os dispositivos dos arts. 36 a 38<sup>[3]</sup> (da Seção II – Da Devolução ou Troca de Mercadoria por Pessoa não Obrigada à Emissão de Documento Fiscal) do Anexo XIII da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.

---

<sup>[1]</sup> **Art. 35.** A Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e) é o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, assinado digitalmente pela Secretaria de Estado de Fazenda, que poderá ser utilizada por:

(...)

V - pessoas não obrigadas à emissão de documentos fiscais e que dela necessitarem.

(...)

§ 5º O contribuinte destinatário de NFA-e deverá acobertar a entrada da mercadoria mediante emissão de NF-e, cuja escrituração se fará com referência à NFA-e recebida.

(...)

§ 7º Não é exigida a emissão de NFA-e por não contribuinte do ICMS para acobertar a:

(...)

III - devolução de mercadorias;

(...)

**Art. 3º** O contribuinte deve emitir NF- sempre que, no estabelecimento, entrar mercadoria ou bem, real ou simbolicamente:

(...)

VI - em devolução ou troca de mercadoria, quando efetuada por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documento fiscal;

(...)

§ 2º O documento previsto neste artigo serve para acompanhar o trânsito da mercadoria até o local do estabelecimento emitente, nas seguintes hipóteses:

I - quando o estabelecimento destinatário assumir o encargo de retirar ou transportar a mercadoria, a qualquer título, remetida por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documento fiscal, dentro do Estado;

(...)

**Art. 36.** No caso de devolução, total ou parcial, de mercadoria alienada a não contribuinte ou pessoa não obrigada à emissão de documento fiscal, o remetente originário deverá emitir Nota Fiscal de entrada, na qual conste, além dos demais requisitos exigidos:

I - natureza da operação;

II - referência ao documento fiscal que deu origem à saída;

III - valor do imposto correspondente.

IV - identificação do consumidor, compreendendo o nome, o endereço e o número do CPF ou do CNPJ, conforme o caso;

V - referência à chave de acesso do documento eletrônico que acobertou a saída originária da mercadoria, se for o caso.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se no caso de troca de mercadoria alienada a não contribuinte, devendo o remetente originário emitir novo documento fiscal para acobertar a saída da nova mercadoria, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

§ 2º Na hipótese de o adquirente não contribuinte, pessoa física ou jurídica, emitir, a seu critério, NFA-e para devolução de mercadoria, o documento terá o fim específico de simples acompanhamento de transporte, sendo vedado o destaque de ICMS, devendo o contribuinte do ICMS emitir obrigatoriamente Nota Fiscal de entrada de que trata o caput deste artigo.

**Art. 37.** Para fins do disposto no inciso V do caput do art. 36 deste Anexo, a devolução ou a troca total estão condicionadas à apresentação do documento auxiliar da nota fiscal ou de qualquer outro documento, inclusive digital, contendo a indicação do número da chave de acesso referente ao documento que acobertou a saída originária da mercadoria.

I - REVOGADO

II - REVOGADO

§ 1º REVOGADO

I - REVOGADO

II - REVOGADO

§ 2º REVOGADO

**Art. 38.** Na saída para fim de reposição de mercadoria devolvida ou trocada, aplicar-se-á a alíquota vigente na data dessa saída.

### 3. RESPOSTA

Diante do exposto:

**1º) É válida a emissão de Nota Fiscal de entrada para acompanhar a carga durante o trajeto da sua devolução objetivando garantir a regularidade fiscal da operação? Em caso negativo, qual seria o documento fiscal válido para essa situação?**

**Resposta:** Sim, tendo em vista o disposto no inciso VI do *caput* combinado com o inciso I do § 2º, ambos do art. 3º do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/2000 (RICMS/RJ), a seguir transcritos:

*“Art. 3º O contribuinte deve emitir NF- sempre que, no estabelecimento, entrar mercadoria ou bem, real ou simbolicamente:*

*(...)*

*VI - em devolução ou troca de mercadoria, quando efetuada por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documento fiscal;*

*(...)*

*§ 2º O documento previsto neste artigo serve para acompanhar o trânsito da mercadoria até o local do estabelecimento emitente, nas seguintes hipóteses:*

*I - quando o estabelecimento destinatário assumir o encargo de retirar ou transportar a mercadoria, a qualquer título, remetida por pessoa física ou jurídica não obrigada à emissão de documento fiscal, dentro do Estado;*

*(...)”*

**2º) Há necessidade de inserção de informações complementares nos documentos fiscais que acompanharão as mercadorias devolvidas?**

**Resposta:** No que diz respeito às informações constantes nos documentos fiscais que acompanharão as mercadorias devolvidas, deve ser observado o disposto nos arts. 36 a 38 do Anexo XIII da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.

**3º) Para vendas originadas no Estado do Rio de Janeiro com destino a clientes não contribuintes em outros estados da federação e posteriormente devolvidas, qual a norma fiscal aplicável e qual o documento fiscal válido para acompanhar a mercadoria durante o transporte?**

**Resposta:** São válidos os seguintes documentos fiscais para acompanhar o transporte da mercadoria a ser devolvida pelo destinatário, e seus respectivos dispositivos (todos do Anexo I do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/2000 – RICMS/RJ):

- Nota Fiscal Eletrônica de entrada (NF-e, modelo 55), emitida pelo vendedor (remetente originário), nos termos do inciso V do art. 2º, bem como do inciso VI do *caput* combinado com o inciso I do § 2º, ambos do art. 3º; e Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), nos termos do art. 13 e seguintes; ou
- Opcionalmente, em razão do disposto no inciso III do § 7º do art. 35, Nota Fiscal Avulsa Eletrônica (NFA-e), na forma do inciso V do art. 35; e Documento Auxiliar da NFA-e (DANFAE), nos termos do art. 36.

**4º) A emissão de Nota Fiscal Avulsa (NFA) é permitida em alguns estados da federação. Nos estados em que a emissão da NFA por não contribuintes não é autorizada pela Sefaz, quais as alternativas existentes para documentar legalmente a operação?**

**Resposta:** A Nota Fiscal Eletrônica de entrada (NF-e, modelo 55), emitida pelo vendedor (remetente

originário), nos termos do inciso V do art. 2º, bem como do inciso VI do *caput* do art. 3º combinado com o inciso I do § 2º também do art. 3º; e Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), nos termos do art. 13 e seguintes; todos do Anexo I do Livro VI do RICMS/RJ.

***5º) A anotação no verso do DANFE, com data, motivo e assinatura, informando a devolução da mercadoria, é considerada documento fiscal suficiente e eficaz para apresentação nas barreiras de fiscalização em alguns estados da Federação. Esse procedimento seria considerado válido/aceito e eficaz pelas autoridades fiscais estaduais do Rio de Janeiro?***

**Resposta:** Não existe esse procedimento na Legislação Tributária do Estado do Rio de Janeiro.

Ressalte-se que a presente consulta não produzirá os efeitos que lhe são próprios, caso seja editada norma superveniente que disponha de forma contrária ou ocorra mudança de entendimento por parte da Administração Tributária.